



CÂMARA MUNICIPAL

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Estado do Paraná

7ª Legislatura

2ª Sessão Legislativa

20ª Sessão Ordinária

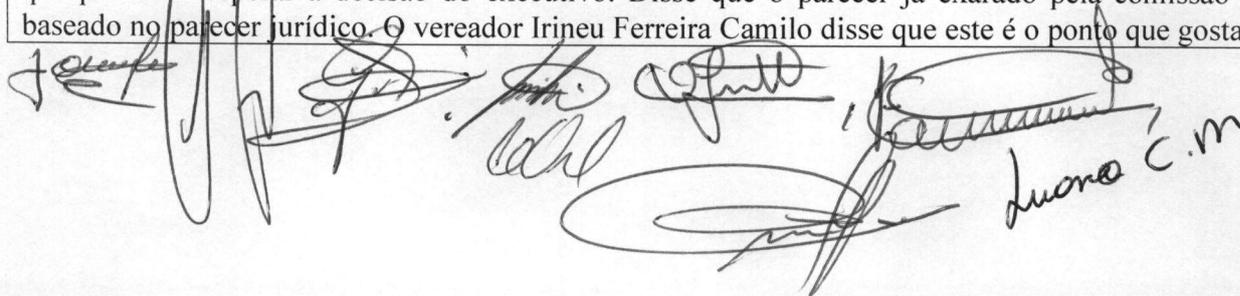
ATA Nº 024/2018 – SESSÃO ORDINÁRIA

Aos Vinte e Cinco dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito às Dezenove horas na sede da Câmara Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná, sob a Presidência do Vereador Milton Rodrigues da Silva, o qual fez à verificação da presença dos Senhores Vereadores pela ordem: Claunir Viola, Edson Rodrigo Camargo, Gilvan José Koten de Oliveira, Irineu Ferreira Camilo, José Ferreira da Silva, Luiz Fernando Moreira, Olide Bovino e Oseias de Oliveira. O Senhor Presidente verificando quórum legal deu inicio aos trabalhos da hora do expediente. Pediu para que a secretária Ad-hoc Luana Cristina Moretti faça a leitura da ata anterior para sua devida apreciação. O vereador Oseias de Oliveira pediu a dispensa da leitura da mesma. Aprovada por unanimidade. A seguir o Senhor Presidente passa para a hora do expediente. Deram entrada as seguintes matérias: Mensagem nº 026/2018 subscrito pelo senhor Prefeito Municipal, Sr. Ademir Fagundes Encaminhando em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº 025/2018 que Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2018 no valor total de até R\$ 130.000,00 e da outras providências. Aceita pela entrada Aprovado requerimento para tramitação em regime de urgência Encaminhe-se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. Mensagem nº 027/2018 subscrito pelo senhor Prefeito Municipal, Sr. Ademir Fagundes Encaminhando em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº 026/2018 que Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2018 1.314.761,60 e da outras providências. Aceita pela entrada Aprovado requerimento para tramitação em regime de urgência Encaminhe-se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. Mensagem nº 028/2018 subscrito pelo senhor Prefeito Municipal, Sr. Ademir Fagundes Encaminhando em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº

027/2018 que Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2018 1.400.000,00 e da outras providências. Aceita pela entrada Aprovado requerimento para tramitação em regime de urgência Encaminhe-se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. Mensagem nº 029/2018 subscrita pelo senhor Prefeito Municipal, Sr. Ademir Fagundes Encaminhando em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº 028/2018 que Ratifica o Protocolo de Intenções para constituição do Consórcio Intergestores de Saúde da 5ª Região de Saúde do Paraná subscrito pela Governadora do Estado do Paraná e os municípios integrantes, na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, visando a promoção de ações de saúde pública assistenciais, entre outros serviços relacionados, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Aceita pela entrada Aprovado requerimento para tramitação em regime de urgência Encaminhe-se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. Convite subscrita pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Bonito do Iguçu Convidando para prestigiar juntamente com a família a 18ª tradicional feijoada da APAE, que acontecerá no dia 08 de julho de 2018, com início às 11h30min, no Centro de Desenvolvimento Comunitário de Rio Bonito do Iguçu. Fica comunicado o plenário Arquite-se. Solicitação nº 017/2018 subscrito pelos Vereadores Irineu Ferreira Camilo e Edson Rodrigo Camargo que Solicitam para que através do órgão competente da municipalidade e dentro das normas legais de transito seja executada a construção de quebra-mola ou redutores de velocidade na rua Sete de Setembro próximo ao cruzamento com a Avenida Euclides Ribeiro nas proximidades do mercado Valim, Município de Rio Bonito do Iguçu. Aceita pela entrada Encaminhe-se a discussão única e votação. Parecer nº 028/2018 subscrito pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 024/2018. Aceito pela entrada Anexe-se ao referido projeto de lei. Parecer nº 029/2018 Comissão de Legislação, Justiça e Redação Contrário a tramitação do Projeto de Lei nº 010/2018. Aceito pela entrada Anexe-se ao referido projeto de lei. Nada mais havendo na matéria de expediente, passa-se para matéria de discussão única e Votação. Deu entrada a seguinte matéria: Solicitação nº 017/2018. Aprovada por unanimidade Oficie-se como solicitado. Nada mais havendo em matéria de discussão única e votação, Passa-se para matéria de primeira discussão e votação. Deu entrada as seguintes matérias. Projeto de Lei nº 010/2018 de autoria do Sr. Prefeito Municipal que desafeta bens móveis e autoriza alienação. O senhor Presidente Milton Rodrigues da Silva explicou que já debateram entre os vereadores este projeto, o qual gerou bastante polemica e ainda poderá gerar quando a população vier á saber de fato qual a legalidade do mesmo, esclareceu que a Comissão fez seu parecer no entendimento do parecer jurídico e a ideia sugerida é que seja devolvido o projeto de lei ao Executivo para que o mesmo faça o que achar que deve fazer, nos âmbitos da lei poderá fazer um decreto. O nobre presidente disse que para deixar claro aos presentes, os vereadores não são contrários ao projeto de lei , mais o parecer jurídico é dentro da legalidade, da constituição federal, da lei orgânica e do regimento da casa fere alguns pontos que se aprovados futuramente os legisladores atuantes podem responder se aprovarem o projeto de lei da maneira que está. Disse que não são contrários á doação dos ônibus, mais que o executivo faça através de decreto ou portaria, pois o Legislativo foi orientado pelo jurídico que é um projeto de lei inconstitucional e para evitar problemas futuros e até mesmo que algum vereador fique inelegível, por isso está sendo sugerido que seja devolvido o mesmo ao Executivo para que não haja debates e o projeto seja arremado de forma legal para retornar a esta casa novamente. O senhor Presidente Milton abriu espaço para que cada vereador faça suas colocações e em seguida colocará em votação. O vereador Irineu Ferreira Camilo disse que ficou ciente através da leitura do parecer que o mesmo faz questionamentos ao Executivo, disse que sua duvida é se este parecer não estaria dando

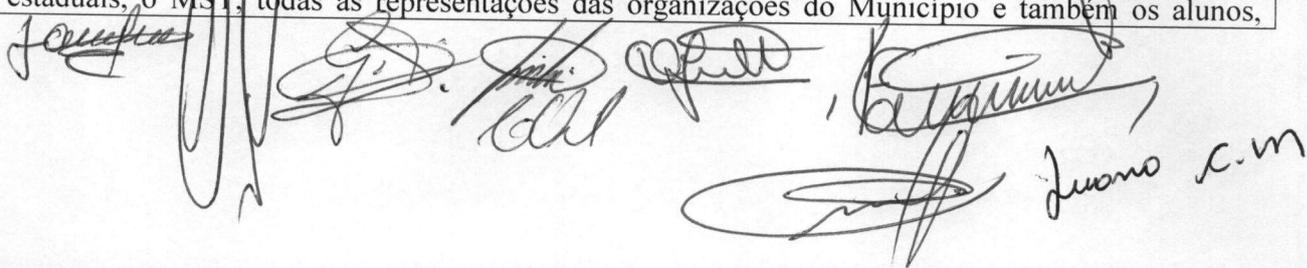
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones to the right, with the name 'duaró c.m' written in the bottom right corner.

o entendimento que o referido projeto de lei está sendo reprovado, frisou que por mais que não se denote isso, se for esta a impressão que o executivo tiver, a lei não permite que seja dado continuidade a este projeto e que o mesmo seja devolvido a esta Casa de Leis ainda este ano. O nobre vereador explicou que seu questionamento é para a Comissão, se relamente não está sendo feito pedido de informações e se de fato o projeto está sendo devolvido para correção e futuramente o mesmo estar remetendo a esta Casa de Leis para ser aprovado pelos vereadores ou como citou o senhor presidente o executivo realizar os procedimentos dentro da legalidade. O vereador Oseias de Oliveira disse que talvez não precisasse a Comissão exarar parecer, pois o mesmo está sendo devolvido, disse que sua duvida é como procederia, sendo que a comissão já deu seu parecer contrário ao projeto de lei. O senhor Presidente pediu que todos os vereadores façam suas explanações para que o procurador jurídico tire todas as duvidas juntas. O vereador Luiz Fernando Moreira complementou a fala dos vereadores Irineu e Oseias, frisou que pelo parecer do jurídico e da Comissão o projeto esta errado da forma que veio, então o parecer é contrário á forma que veio e que o prefeito tem condições de remanejar e mandar um projeto de lei dentro da legalidade ou até mesmo fazer o ato por decreto. O vereador Gilvan José Kóten de Oliveira questionou se este parecer será devolvido pelo jurídico ou pela comissão dizendo que é ilegal, Indagou que é o jurídico que está dizendo que é ilegal e não a comissão. Pediu que seja registrado em ata que o mesmo é a favor do parecer e que os demais integrantes da comissão deem seus pareceres, pois o seu está assim. O vereador Oseias de Oliveira disse que sua duvida seria, a comissão fez um parecer correto, questionou se precisaria fazer um parecer para a devolução, pois se o projeto de lei está ilegal não é necessário o parecer, perguntou qual seria o próximo passo a ser dado. O procurador Juridico senhor Saviano Cericatto explicou se for devolvido não será com o seu parecer, pois o mesmo não tem autonomia para devolver projetos ao Executivo, frisou que não há previsão legal para está devolução de projeto, mais como não há, é possível. Disse que sendo devolvido o projeto de lei o prefeito municipal mandará um substitutivo no mesmo exercício com as correções necessárias. Se dirigiu ao vereador Oseias e explicou que se a comissão disser que é ilegal e não sugerir a devolução, o projeto será arquivado e não retornará mais neste ano. Frisou que é uma sugestão do mesmo, a qual a comissão acatou e é está comissão que tem autonomia para dizer ao prefeito para o mesmo corrigir o projeto e ainda neste ano os nobres vereadores poderem o discutir. Explicou que no caso decidir ir para o lado que o projeto de lei é ilegal, o mesmo será arquivado e não retornará a esta casa durante este ano. O vereador Irineu Ferreira Camilo disse que gostaria que fosse constado que os vereadores estão devolvendo o projeto de lei para correções, pois se houver outro entendimento por parte do prefeito, da equipe ou até mesmo de um dos vereadores pode sair o comentário que o projeto está sendo reprovado como já aconteceu com outros projetos. Frisou que como diz o ditado os mesmos não podem pagar pela mula roubada de dizerem que os vereadores reprovaram o projeto em questão, mas se for devolvido com a redação sugerida pelo doutor Saviano, está tranquilo. O vereador Gilvan José Kóten de Oliveira exclamou que fique registrado em ata. O nobre presidente Milton Rodrigues da Silva disse que tudo que os nobres vereadores estão falando no plenário está registrado em ata, sem ter a necessidade de pedir, pois se trata de uma responsabilidade desta Casa, sendo tudo registrado em gravação e em ata. Questionou aos vereadores se todos concordam em colocar em votação a devolução do projeto de lei para correções. Aprovado por unanimidade a devolução do projeto de lei ao Executivo para que o mesmo faça as correções necessárias se achar que deve faze-las. O vereador Luiz Fernando Moreira questionou se o parecer da comissão perde a validade. O senhor Presidente Milton Rodrigues da Silva explicou que precisam esperar a decisão do executivo. Disse que o parecer já exarado pela comissão foi baseado no parecer jurídico. O vereador Irineu Ferreira Camilo disse que este é o ponto que gostaria



Handwritten signatures of several individuals, including names like Irineu, Gilvan, and Milton. The signatures are written in black ink and are somewhat stylized. One signature on the right is clearly legible as 'Irineu C.M.'.

de deixar claro, pois a Comissão fez um trabalho bem feito, o nobre parabenizou a comissão mas disse que este projeto em questão pode retornar ao executivo e o mesmo alegar às associações que a Câmara simplesmente reprovou o projeto de lei e não o tem legalidade para o remeter, pois isso que o doutor esclareceu e se for desta forma os nobres não sofrerão punições futuramente. Projeto de Lei nº 024/2018 de autoria do Sr. Prefeito Municipal que Concede Título de Cidadão Honorário do Município de Rio Bonito do Iguazu ao Deputado Federal Senhor Valdir Luiz Rossoni. O senhor presidente Milton Rodrigues da Silva explicou que neste Projeto de lei o prefeito está pedindo um título de cidadão honorário ao Deputado Valdir Rossoni, devido a todas as emendas e recursos que o mesmo mandou ao município quando fazia parte da secretaria do governo do estado, explicou que se for aprovado o Legislativo terá que realizar uma sessão solene para conceder este título. Aprovado por unanimidade Encaminhe-se a segunda discussão e votação. Nada mais havendo na matéria de primeira discussão e votação, passa-se para matéria de segunda Discussão e votação. O vereador Gilvan José Kóten de Oliveira pediu que seja feito a leitura somente da sumula dos referidos projetos de lei. Deu entrada a seguinte matéria: Projeto de Lei Complementar nº 001/2018 de autoria do Sr. Prefeito Municipal que Institui nível de Pós-graduação para o cargo efetivo de professor de Artes e dá outras providências. Aprovado por unanimidade Faça-se a lei. Projeto de Lei nº 013/2018 de autoria do Sr. Prefeito Municipal que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2019 e dá outras providências. Aprovado por unanimidade Faça-se a lei. O senhor Presidente Milton Rodrigues da Silva disse que caso algum vereador queira cópia de alguma matéria, a partir de amanhã poderá estar procurando a secretária desta Casa, a qual estará fornecendo as cópias aos interessados. Nada mais havendo na matéria de segunda discussão e votação, passa-se para a matéria de terceira discussão e votação. O senhor Presidente Milton Rodrigues da Silva disse que antes de seguir para a palavra livre, sugeriu a Comissão que convoque seus integrantes para fazer os pareceres, para que na sequência seja realizada sessão extraordinária na Sexta-Feira às dezessete horas. O vereador Luiz Fernando Moreira questionou se estes projetos de lei precisam passar pela comissão de economia, finanças e fiscalização. O senhor Presidente Milton respondeu que seria melhor se as duas comissões exarassem os pareceres juntas. O vereador Luiz Fernando Moreira em consenso com o vereador Gilvan J. K de Oliveira marcaram reunião das duas comissões para quarta-feira as dez horas, sendo a comissão do mesmo os vereadores Oseias e Irineu F. Camilo. O senhor Presidente Milton com o entendimento de todos os vereadores convocou sessão extraordinária para sexta-feira às dezessete horas para a discussão e aprovação de todos os projetos em primeira votação. Nada havendo em terceira discussão e votação Presidente passa para palavra livre aos Vereadores. O nobre vereador Irineu Ferreira Camilo pediu que fique registrado nos anais desta Casa de Lei a nota de falecimento do conterrâneo senhor José Canossa, falecido nesta madrugada. Disse que o senhor José é pai de familiares que residem no município e pai do secretario de agricultura Davi Canossa. Deixou suas condolências á família. Agradeceu a presença do Valdir Monteiro e do jovem presente. O senhor Presidente repassou aos vereadores que recebeu um convite para todos participarem na quinta-feira às nove horas. Explicou que semana passada recebeu a direção dos colégios estaduais, os quais fizeram um pedido ao mesmo para convocar uma reunião com a promotoria pública em Laranjeiras do Sul para tratar sobre os alunos, as escolas e as estradas. Disse que ligou para o promotor em exercício Doutor Bruno, e o mesmo o recebeu junto com a promotoria pública marcaram uma audiência pública e pediram o espaço na câmara municipal, convidaram todos os vereadores para participarem nesta Casa de Leis, Quinta-Feira às nove horas onde estarão presentes o procurador geral da promotoria de Curitiba, os promotores de Laranjeiras do Sul, todas as direções de colégios estaduais, o MST, todas as representações das organizações do Município e também os alunos,


 Joaquim
 Irineu
 Gilvan
 Bruno
 Juana C.M.

explicou que será discutido a respeito da perda de aulas no ano letivo e querem que o Legislativo participe, pois será registrado pela promotoria. O nobre presidente frisou que não se trata de cobranças ao senhor prefeito, será feito debates e a intenção é envolver toda a sociedade, para ser tratado a questão da perda de aula no ano letivo, principalmente nos assentamentos, e está audiência pública é para trazer junto o Governo do Estado, pois o Município não tem estrutura para resolver todos os problemas em relação ao cascalho das estradas. O vereador Edson Rodrigo Camargo pediu para fazer uma solicitação verbal se todos os vereadores aceitarem, pois não teve tempo hábil para fazer a mesma até a quinta-feira como pede o regimento. O vereador Oseias de Oliveira pediu que se todos os nobres concordarem também gostaria de fazer uma solicitação verbal, devido ao recesso legislativo. O senhor Presidente Milton Rodrigues da Silva colocou em votação para que os nobres edis possam requerer suas solicitações. Aprovado por unanimidade. O senhor Presidente explicou que está sendo aberta estas exceções devido ao recesso, pois se não fosse pelo mesmo os vereadores teriam tempo hábil para fazer suas solicitações. O vereador Edson Rodrigo Camargo requereu que através do órgão competente da municipalidade e dentro das normas legais seja executado serviços de iluminação pública, sendo a instalação de lâmpadas e braços refletores na rua João Vons na comunidade do Campo do Bugre, próximo ao mercado Ferreira até a casa do senhor Araide de Cristo Paula. Justificou seu requerimento dizendo que a falta de iluminação pública vem causando transtornos e insegurança aos moradores e pessoas que precisam trafegar por este local, disse que a apresentação desta solicitação visa atender solicitação dos moradores desta comunidade, os quais pagam pela iluminação pública mais não usufruem da mesma. Frisou que tem em mãos uma conta de energia de um dos moradores, caso algum vereador quiser ver. O senhor presidente colocou em votação a solicitação. Aprovada por unanimidade Oficie-se como solicitado. O vereador Oseias de Oliveira explicou que colocaram fogo na ponte da Comunidade Nova Estrela e a mesma não queimou direito, sendo que já estava em péssimas condições, então requer que seja incluída a mesma e também realizado patrolamento na mesma região. O vereador José Ferreira da Silva disse que conversou com o chefe e o mesmo disse que estaria indo até o local para resolver o problema. O senhor Presidente colocou em votação a solicitação. Aprovada por unanimidade Oficie-se como solicitado. O vereador Claunir Viola pediu que fique registrado que no dia anterior participou junto com o pessoal do Município de Rio Bonito do Iguçu que foram na corrida de rolimã em Prudentópolis, com a equipe do Gil Brecailo, do Valtinho e do Costela, inclusive será transmitido no programa achamos no Brasil, no canal Record, disse que o Costela conseguiu até mesmo fazer uma entrevista. Parabenizou a todos, pois trouxeram vários troféus e se trata de mais um esporte para o Município, onde participam crianças, mulheres e jovens do nosso município. O senhor Presidente Milton Rodrigues da Silva decretou recesso parlamentar do dia primeiro de junho á primeiro de agosto, mas com excessão de duas sessões extraordinárias no decorrer do mês, agradeceu a presença do Valdir do dez de maio e do jovem que está sempre participando das sessões e também aos vereadores, disse que nestes trinta dias de recesso estaram conversando e que tenham sucesso. Pediu que os vereadores tenham cuidado para não falar mal um do outro, pois são uma irmandade, da mesma classe, tendo que resolver os problemas do Município, mesmo cada um tendo suas ideologias e bandeiras politicas precisam estar juntos para ajudar a desenvolver o município, mesmo ás vezes tendo diferenças de ideias com o Executivo, disse que esta Casa de Leis esta aprovando todos os projetos de lei porque a população merece e não pode perder. O senhor presidente declarou encerrada a presente sessão, decretou recesso legislativo e convidou todos os Vereadores para sessão Extraordinária a ser realizada no dia vinte e nove de Junho do ano de dois mil e dezoito, na sede da Câmara Municipal às Dezessete horas. Esta ata foi lavrada por mim, Luana Cristina Moretti ad-hoc, que assino com os demais presentes.

